

Análise das Interações do debate da TV Senado Live sobre Propostas para regulamentar a profissão de influenciador digital - 06/06/2025 - Gerado por IA

O propósito deste relatório é apresentar uma visão geral da percepção pública sobre a regulamentação da profissão de influenciador digital, com base nas **53 participações de cidadãos** registradas durante a consulta pública promovida pela TV Senado em 06 de junho de 2025. O objetivo é fornecer aos legisladores um panorama claro das preocupações, questionamentos e expectativas da sociedade sobre o tema.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 53

Temas principais:

- 1. Responsabilidade, Ética e Publicidade (49%):** A maior preocupação dos cidadãos reside na conduta dos influenciadores. As interações tratam da necessidade de proteger os consumidores de publicidade velada e enganosa, da responsabilização por danos causados por produtos ou serviços indicados e da segurança do ambiente digital. Há uma forte demanda por transparência, com a indicação clara de conteúdos patrocinados, e pela aplicação de limites éticos, com muitos participantes defendendo a responsabilização civil dos influenciadores.

Exemplo: “Momo, Baleia Azul, Tigrinho... os influenciadores que divulgaram essas coisas deveriam ser responsabilizados objetivamente no Direito Civil.”
(Maik F. - RS)

2. Posicionamentos sobre a Necessidade da Regulamentação (23%): Este tema agregou as opiniões gerais sobre a validade de se regulamentar a profissão. De um lado, cidadãos apoiam a iniciativa, argumentando que a atividade já é uma profissão de fato e que a regulamentação traria segurança. Do outro lado, participantes se opõem, defendendo que o mercado deve se autorregular e que o Estado não deve intervir na livre iniciativa.

Exemplo: “*O Estado não deve se meter em tudo, deve se limitar a cuidar da Segurança apenas. O bom profissional será premiado e o mau preterido.*”
(Gilson A. - SP)

3. Critérios para Definição e Profissionalização (12%): Os participantes questionam quais critérios objetivos seriam utilizados para definir formalmente quem é um influenciador digital. As dúvidas incluem a necessidade de formação técnica ou acadêmica, a exigência de um número mínimo de seguidores ou outros pré-requisitos para o enquadramento na profissão regulamentada.

Exemplo: “*Entende-se por profissional quem possui formação acadêmica na área de atuação. Qual seria essa formação para atuar como influenciador?*”
(Isis O. - BA)

4. Fiscalização e Sanções (8%): Uma vez estabelecidas as regras, os cidadãos querem saber quem será o responsável por aplicá-las. As perguntas focam em qual órgão ou entidade teria a atribuição de fiscalizar a atuação dos influenciadores e quais seriam as sanções aplicáveis em caso de descumprimento das normas.

Exemplo: “*Em caso de regulamentação dos influenciadores, quais sanções os mesmos estariam passíveis e quem as aplicaria?*”
(Daniel O. - RJ)

5. Liberdade de Expressão e Impactos da Regulamentação (8%): Este tema reflete a preocupação com os potenciais efeitos negativos da regulamentação. Os cidadãos questionam se as novas regras poderiam cercear a liberdade de expressão e como seria possível equilibrar essa garantia fundamental com a necessidade de coibir abusos. Há também o receio de que a regulamentação possa favorecer grandes influenciadores em detrimento dos menores.

Exemplo: “*A regulamentação dos influenciadores digitais pode limitar a liberdade de expressão?*”
(Elvis L. - SP)

Em síntese, a participação dos cidadãos revela um público atento e dividido, cuja preocupação dominante é a responsabilidade, ética e a publicidade praticada pelos influenciadores. Os posicionamentos variam entre a forte defesa da regulamentação para proteger consumidores e responsabilizar por danos, e a oposição que valoriza a livre iniciativa e a autorregulação do mercado. Assuntos como a transparência em publicidade, a responsabilização civil por conteúdos prejudiciais, os critérios para profissionalização e o equilíbrio com a liberdade de expressão foram os pontos centrais do debate, indicando a necessidade de uma abordagem cuidadosa e multifacetada para o tema.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34124>.